

Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A.

Informações intermediárias em 30 de junho de 2026



Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Balanco patrimonial.....	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às informações intermediárias	11
1 Contexto operacional	11
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais	11
3 Gerenciamento de riscos	12
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	14
5 Aplicações financeiras vinculadas	14
6 Contas a receber de clientes	15
7 Imobilizado	15
8 Empréstimos, financiamentos e debêntures	16
9 Patrimônio líquido.....	19
10 Receita líquida de vendas	19
11 Custos operacionais	19
12 Despesas gerais e administrativas	19
13 Resultado financeiro	20
14 Partes relacionadas.....	20
15 Instrumentos financeiros	21
16 Imposto de renda e contribuição social corrente.....	22
17 Contingências	24
18 Eventos subsequentes.....	24

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A.
Morro do Chapéu - BA

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações para o período de três e seis meses findo naquela data e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

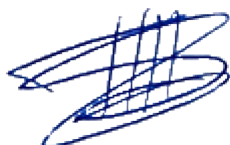
Outros assuntos

Revisão dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e as informações intermediárias para o período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2025, foram examinadas e revisadas por outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria datado de 27 de fevereiro de 2026 e relatório de revisão datado de 14 de agosto de 2025, respectivamente, ambos sem modificação.

Fortaleza (CE), 14 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F



Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC PE-021265/O

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.430	31.697
Aplicações financeiras vinculadas	5	6.388	6.471
Contas a receber de clientes	6	5.252	5.646
Outros créditos		1.044	1.133
Total do Ativo Circulante		42.114	44.947
Aplicações financeiras vinculadas	5	22.721	22.702
Tributos diferidos		13	—
Outros créditos		296	621
Realizável a longo prazo		23.030	23.323
Imobilizado	7	311.664	319.122
Intangível		4	5
		311.668	319.127
Total do Ativo Não Circulante		334.698	342.450
Total do Ativo		376.812	387.397

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.



Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A.

*Balanço patrimonial
em 30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)*

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores		226	2.751
Dividendos a pagar	14	—	20
Empréstimos e financiamentos	8	8.201	7.773
Debêntures	8	10.809	9.646
Partes relacionadas - outras contas a pagar	14	56	44
Obrigações fiscais		401	479
Imposto de renda e contribuição social	16	618	703
Outras contas a pagar		390	736
Total do Passivo Circulante		20.701	22.152
Empréstimos e financiamentos	8	169.858	168.697
Debêntures	8	114.382	114.476
Outras contas a pagar		328	656
Total do Passivo Não circulante		284.568	283.829
Passivo Total		305.269	305.981
Patrimônio líquido	9		
Capital social		80.004	80.004
Reserva legal		200	200
Reserva de lucros a distribuir		1.212	1.212
Prejuízos acumulados		(9.873)	—
Total do Patrimônio Líquido		71.543	81.416
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		376.812	387.397

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.



Demonstrações do resultado

	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Receita líquida de vendas	10	30.302	29.507	14.466	14.981
Custos operacionais	11	(18.700)	(14.246)	(6.863)	(7.055)
Lucro bruto		11.602	15.261	7.603	7.926
Despesas gerais e administrativas	12	(672)	(520)	(345)	(273)
Outras despesas operacionais		(7)	(25)	—	(25)
Despesas operacionais		(679)	(545)	(345)	(298)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		10.923	14.716	7.258	7.628
Receitas financeiras	13	3.667	2.752	1.826	1.493
Despesas financeiras	13	(22.186)	(21.596)	(12.304)	(10.604)
Resultado financeiro		(18.519)	(18.844)	(10.478)	(9.111)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(7.596)	(4.128)	(3.220)	(1.483)
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(2.290)	(1.866)	(1.133)	(980)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		13	—	13	—
Prejuízo do período		(9.873)	(5.994)	(4.340)	(2.463)

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.



Demonstrações do resultado abrangente

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Prejuízo do período	(9.873)	(5.994)	(4.340)	(2.463)
Outros resultados abrangentes - ORA	—	—	—	—
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	—	—	—	—
Resultado abrangente total	(9.873)	(5.994)	(4.340)	(2.463)

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.



Demonstração das mutações no patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	80.004	196	2.191	—	82.391
Prejuízo do período	—	—	—	(5.994)	(5.994)
Saldos em 30 de junho de 2025	80.004	196	2.191	(5.994)	76.397
Saldos em 31 de dezembro de 2025	80.004	200	1.212	—	81.416
Prejuízo do período	—	—	—	(9.873)	(9.873)
Saldos em 30 de junho de 2026	80.004	200	1.212	(9.873)	71.543

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.



Demonstração dos fluxos de caixa

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período		(9.873)	(5.994)
Ajustes para:			
Depreciação	7	7.656	7.327
Rendimento de aplicações	5	(1.713)	(1.517)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	12.510	12.480
Juros sobre debêntures	8	9.170	8.714
Imposto de renda e contribuição social	16	2.290	1.866
Apropriação do custo de captação	8	495	398
Outros		(12)	465
		<u>20.523</u>	<u>23.739</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		394	93
Outros créditos		691	248
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		12	(463)
Fornecedores		(2.525)	(424)
Obrigações fiscais		(702)	(462)
Outras contas a pagar		(674)	(55)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>17.719</u>	<u>22.676</u>
Impostos pagos sobre o lucro	16	(1.751)	(1.457)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>15.968</u>	<u>21.219</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(7.483)	(9.996)
Resgates de aplicações financeiras	5	8.983	12.165
Aquisição de imobilizado	7	(198)	(150)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>1.302</u>	<u>2.019</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos a acionistas	9	(20)	—
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	8	(3.967)	(3.566)
Amortizações de principal - debêntures	8	(2.654)	(3.278)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	8	(6.301)	(6.337)
Juros pagos sobre debêntures	8	(5.073)	(5.092)
Custo de captação - debêntures	8	(542)	(1.522)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	8	(980)	(563)
Fluxo de caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		<u>(19.537)</u>	<u>(20.358)</u>
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa		<u>(2.267)</u>	<u>2.880</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	31.697	17.133
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	29.430	20.013
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa		<u>(2.267)</u>	<u>2.880</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.



Notas explicativas às informações intermediárias

1 Contexto operacional

A Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A. ("Companhia") foi constituída em 18 de dezembro de 2019 e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de São Januário 19 e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 72 MW de capacidade instalada, está localizado em Morro do Chapéu (BA) e entrou em operação comercial plena a partir do dia 31 de março de 2023. A Companhia comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, através de contratos de longo prazo. A controladora da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. ("CDV").

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

Essas informações intermediárias foram elaboradas segundo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do último exercício social e devem ser analisadas em conjunto com as notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração destas informações intermediárias, a Companhia considerou também as diretrizes da Orientação Técnica OCPC 07, evidenciando de forma objetiva apenas as informações relevantes e materiais que correspondem às utilizadas pela Administração na gestão dos seus negócios.

A emissão destas informações intermediárias foi autorizada pela Administração em 14 de agosto de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações intermediárias estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações intermediárias requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Em 30 de junho de 2026, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As premissas e estimativas significativas para as informações intermediárias estão demonstradas nas notas explicativas:

Vidas úteis e valores residuais dos ativos imobilizados

Ao determinar a vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, a Administração exerce julgamento na definição do período esperado de utilização econômica dos ativos, considerando fatores como condições operacionais, desgaste físico esperado, histórico de desempenho e práticas de manutenção.



Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Novas normas, alterações e interpretações

Desde 1º de janeiro de 2026, diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis para o período corrente, entretanto, a Companhia não precisou alterar suas políticas contábeis ou fazer ajustes retrospectivos como resultado da adoção dessas normas novas ou alteradas.

As normas e interpretações novas ou alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas informações intermediárias, estão descritas a seguir:

a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.



(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. ("CDV"), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas.

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são as dívidas apresentadas na Nota 8.

A Administração da Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para cumprimento do serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possuía em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. As dívidas contratadas pela Companhia, apresentadas na Nota 8, possuíam riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.



Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 30/06/2026	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	29.369	Baixa do CDI	28.860	28.367
Efeito no resultado	1.942		1.432	940
Aplicações financeiras vinculadas	29.109	Baixa do CDI	28.662	28.228
Efeito no resultado	1.713		1.266	832
Empréstimos e financiamentos	(191.421)	Alta do IPCA	(194.753)	(198.085)
Efeito no resultado	(12.510)		(15.842)	(19.174)
Debêntures	(130.871)	Alta do IPCA	(133.324)	(135.777)
Efeito no resultado	(9.170)		(11.623)	(14.076)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Bancos conta movimento	61	883
Aplicações financeiras - fundo de investimentos (a)	29.369	30.814
Total	29.430	31.697

- (a) A Companhia possuía aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 foi de 6,85% (14,32% a.a em 31 de dezembro de 2025).

5 Aplicações financeiras vinculadas

a. Composição do saldo

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Aplicação vinculada – Conta Reserva Serviço da Dívida BNDES	10.797	11.419
Aplicação vinculada – Conta Reserva Serviço da Dívida Debêntures	9.429	8.922
Aplicação vinculada – Conta de Pagamento da Debêntures	6.388	6.471
Aplicação vinculada – Conta Reserva de O&M	2.495	2.361
Aplicação vinculada – Conta de Complementação do ICSD	—	—
Aplicação vinculada – Conta Centralizadora	—	—
Aplicação vinculada – Conta de Seguros	—	—
Total	29.109	29.173
Ativo circulante	6.388	6.471
Ativo não circulante	22.721	22.702

As aplicações financeiras vinculadas são referentes a obrigações de prestação de garantias assumidas pela Companhia no contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 29 de julho de 2022 e na Escritura de Debêntures celebrada em 29 de julho de 2022, a saber: (i) Conta Reserva Serviço da Dívida BNDES, (ii) Conta Reserva Serviço da Dívida Debêntures, (iii) Conta Reserva de O&M, (iv) Conta de Complementação do Índice de Cobertura da Dívida ("ICSD"), (v) Conta Centralizadora, (vi) Conta de Seguros e (vii) Conta de Pagamento da Debêntures – esta última classificada como ativo circulante no balanço da Companhia, pois o saldo constituído é utilizado para pagamento semestral das parcelas vincendas da Debêntures. As contas descritas nos itens (iii), (iv), (v) e (vi) são garantias compartilhadas entre os credores. Tais recursos são mantidos em contas no Banco Citibank Brasil S.A., e deverão ser mantidos por todo período dos mesmos instrumentos, sendo os valores dados em garantia, podendo ser utilizados pelos credores para liquidação de obrigações relacionadas aos contratos. Ademais, conforme previsto no contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, a Companhia deve retratar nas demonstrações financeiras o saldo existente nas contas de reservas, mesmo que zeradas. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 de 6,70% (14,02% a.a em 31 de dezembro de 2025).



b. Movimentação do saldo

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Saldos iniciais	29.173	29.205
Rendimento de aplicações	1.713	3.262
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(277)	(522)
Aplicações financeiras	7.483	17.677
Resgates de aplicações financeiras	(8.983)	(20.449)
Saldos finais	29.109	29.173

6 Contas a receber de clientes

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Venda de energia - terceiros	4.582	4.590
Venda de energia - partes relacionadas (nota 14)	670	1.056
Total	5.252	5.646

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia considerava não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

7 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	30/06/2026	31/12/2025
Torres anemométricas	10%	151	(65)	86	93
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	361.182	(49.683)	311.499	318.948
Benfeitorias em bens de terceiros	4 %	98	(19)	79	81
Total		361.431	(49.767)	311.664	319.122

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2025	Adições	Adição Depreciação	30/06/2026
Torres anemométricas	93	—	(7)	86
Máquinas e equipamentos	318.948	198	(7.647)	311.499
Benfeitorias em bens de terceiros	81	—	(2)	79
Total	319.122	198	(7.656)	311.664



Descrição	31/12/2024	Adições	Transferências (a)	Adição Depreciação	31/12/2025
Torres anemométricas	108	—	—	(15)	93
Máquinas e equipamentos	308.791	214	24.585	(14.642)	318.948
Edificações	25.235	—	(24.585)	(650)	—
Benfeitorias em bens de terceiros	85	—	—	(4)	81
Total	334.219	214	—	(15.311)	319.122

(a) Em 1º de abril de 2023, com o início das operações plenas, o Imobilizado em Andamento foi reclassificado preliminarmente para Imobilizado em uso por metodologia interna da Administração. Em 2025, a alocação entre as classes de ativos foi concluída e ajustada com base no laudo técnico definitivo emitido por consultoria externa.

8 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Escritura de Debêntures

Em 29 de julho de 2022, ocorreu a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A., não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal de R\$115.500 (“Escritura de Debêntures”), com sistema de amortização semestral, conforme cronograma de pagamento, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de julho de 2024, e o último a ser realizado em 15 de julho de 2042. O valor nominal unitário das Debêntures é atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, e sobre o valor nominal atualizado das Debêntures incidem juros remuneratórios de 8,0800% a.a. Em 09 de agosto de 2022, foi celebrado o 1º aditivo a Escritura de Debêntures, estabelecendo o montante da emissão em R\$109.500.

As Debêntures são garantidas por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações, penhor de aerogeradores e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia. As garantias reais são compartilhadas entre os Debenturistas e o BNDES, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) estabelecendo que a Companhia deve atingir determinado ICSD.

A Administração monitora continuamente o atendimento dos *covenants* previstos nos contratos de financiamento. A apuração contratual do ICSD é realizada anualmente e, na última data de teste aplicável, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em conformidade com os *covenants* financeiros e não financeiros previstos em seus contratos.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)

Em 29 de julho de 2022, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o BNDES no valor de R\$175.800 destinado à implantação do empreendimento.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 7,0900% ao ano. O principal da dívida com o BNDES deverá ser pago em 270 prestações mensais, onde a primeira prestação foi liquidada em 15 de janeiro de 2024 e a prestação final será liquidada em 15 de junho de 2046.



O financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações e de aerogeradores, e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia. As garantias reais são compartilhadas entre o BNDES e os debenturistas, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) estabelecendo que a Companhia deve atingir determinado ICSD.

A Administração monitora continuamente o atendimento dos *covenants* previstos nos contratos de financiamento. A apuração contratual do ICSD é realizada anualmente e, na última data de teste aplicável, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em conformidade com os *covenants* financeiros e não financeiros previstos em seus contratos.

a. Composição do saldo

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Escritura de debêntures	130.871	129.429
Custo de captação	(5.680)	(5.307)
Debêntures	125.191	124.122
BNDES	191.421	189.179
Custos de captação	(13.362)	(12.709)
Empréstimos e financiamentos	178.059	176.470
Total	303.250	300.592

b. Movimentação da conta

Descrição	BNDES	Escritura de Debêntures	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	177.923	126.160	304.083
Juros incorridos	21.462	15.328	36.790
Pagamento de principal	(7.215)	(6.655)	(13.870)
Pagamento de juros	(12.957)	(9.996)	(22.953)
Apropriação do custo de captação	561	291	852
Custo de captação pago no exercício	(3.304)	(1.006)	(4.310)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	176.470	124.122	300.592
Juros incorridos	12.510	9.170	21.680
Pagamento de principal	(3.967)	(2.654)	(6.621)
Pagamento de juros	(6.301)	(5.073)	(11.374)
Apropriação do custo de captação	327	168	495
Custo de captação pago no período	(980)	(542)	(1.522)
Saldos em 30 de junho de 2026	178.059	125.191	303.250
Circulante	8.201	10.809	19.010
Não circulante	169.858	114.382	284.240



c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Empréstimos e financiamentos

Vencimento	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor	%	Valor	%
2027	4.253	2%	8.232	5%
2028	8.059	4%	7.800	4%
2029	7.473	4%	7.232	4%
2030	7.958	4%	7.701	4%
2031	7.676	4%	7.429	4%
2032	7.909	4%	7.655	4%
2033	7.775	4%	7.524	4%
2034	8.217	5%	7.952	4%
2035	7.270	4%	7.036	4%
2036	6.630	4%	6.417	4%
2037	8.582	5%	8.306	5%
2038	8.978	5%	8.689	5%
2039	9.379	5%	9.077	5%
2040	8.151	5%	7.888	4%
2041	9.151	5%	8.856	5%
2042	7.996	4%	7.738	4%
2043	15.865	9%	15.353	8%
2044	14.806	8%	14.329	8%
2045	14.278	8%	13.818	8%
2046	12.146	7%	11.754	7%
Total parcelas – longo prazo	182.552	100%	180.786	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(12.694)		(12.089)	
Saldo total – longo prazo	169.858		168.697	

Escritura de Debêntures

Vencimento	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor	%	Valor	%
2027	3.974	3%	7.677	6%
2028	7.722	6%	7.459	6%
2029	7.891	7%	7.621	6%
2030	7.593	6%	7.334	6%
2031	7.734	6%	7.470	6%
2032	7.734	6%	7.470	6%
2033	7.656	6%	7.395	6%
2034	7.386	6%	7.134	6%
2035	8.651	7%	8.356	8%
2036	8.424	7%	8.137	8%
2037	7.393	6%	7.141	6%
2038	6.786	6%	6.554	6%
2039	5.317	6%	5.136	4%
2040	7.980	7%	7.707	6%
2041	7.982	7%	7.710	6%
2042	9.486	8%	9.163	8%
Total parcelas – longo prazo	119.709	100%	119.464	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(5.327)		(4.988)	
Saldo total – longo prazo	114.382		114.476	



9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$80.004 em 30 de junho de 2026 (R\$80.004 em 31 de dezembro de 2025) e está representado por 80.004.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	30/06/2026			31/12/2025		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Casa dos Ventos S.A.	80%	64.003	64.003.200	80%	64.003	64.003.200
Comercio Energia S.A.	20%	16.001	16.000.800	20%	16.001	16.000.800
Total	100%	80.004	80.004.000	100%	80.004	80.004.000

10 Receita líquida de vendas

Descrição	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Venda de energia elétrica	31.445	30.611	15.008	15.535
PIS e Cofins sobre vendas	(1.143)	(1.104)	(542)	(554)
Total	30.302	29.507	14.466	14.981

11 Custos operacionais

Descrição	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Custos com pessoal	(194)	(197)	(101)	(93)
Energia comprada (a)	(6.435)	(2.458)	(571)	(1.156)
Depreciação	(7.656)	(7.327)	(3.828)	(3.663)
Gastos operacionais – geração energia	(412)	(339)	(232)	(170)
Seguros	(326)	(465)	(164)	(219)
Gastos com manutenção	(3.006)	(2.679)	(1.625)	(1.369)
Outros custos	(671)	(781)	(342)	(385)
Total	(18.700)	(14.246)	(6.863)	(7.055)

- (a) Durante o primeiro trimestre de 2026, observou-se uma variação negativa relevante na geração de energia proveniente de fontes eólicas em comparação ao mesmo período do exercício anterior. Este cenário decorreu da redução da intensidade e constância dos ventos nas regiões onde se localizam os ativos de geração da Companhia. Em decorrência da redução do recurso eólico no período, a Companhia registrou uma exposição passiva no mercado de curto prazo, tornando necessária a aquisição de energia para cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas.

12 Despesas gerais e administrativas

Descrição	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Serviços tomados – pessoa jurídica (a)	(662)	(514)	(340)	(270)
Outras despesas gerais ou administrativas	(10)	(6)	(5)	(3)
Total	(672)	(520)	(345)	(273)

- (a) Do montante divulgado na nota em 30 de junho de 2026, R\$497 se refere a pagamentos de consultoria à Casa dos Ventos S.A. (R\$962 em 31 de dezembro de 2025), conforme citado na Nota 14 Partes relacionadas.



13 Resultado financeiro

Descrição	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações	3.661	2.751	1.820	1.492
Outras receitas financeiras	6	1	6	1
Total	3.667	2.752	1.826	1.493
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamento	(12.510)	(12.480)	(7.280)	(6.550)
Juros sobre debêntures	(9.170)	(8.714)	(4.766)	(3.844)
Outras despesas financeiras	(506)	(402)	(258)	(210)
Total	(22.186)	(21.596)	(12.304)	(10.604)
Resultado financeiro	(18.519)	(18.844)	(10.478)	(9.111)

14 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais, bem como as transações que influenciaram os resultados do período findo em 30 de junho de 2026 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Ativo	670	1.056
Contas a receber de clientes	670	1.056
Venda de energia (nota 6)/(c)	670	1.056
Passivo	56	64
Partes relacionadas - outras contas a pagar	56	44
Transações de condomínio (b)	51	39
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	5	5
Dividendos a pagar	—	20
Dividendos a pagar para partes relacionadas	—	20
Resultado	3.648	10.275
Receita líquida de vendas	4.495	11.316
Venda de energia (c)	4.495	11.316
Custos operacionais	(350)	(79)
Energia comprada (c)	(320)	(12)
Custos com manutenção (a)	(30)	(67)
Despesas gerais ou administrativas	(497)	(962)
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(497)	(962)

(a) Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía um contrato de prestação de serviços firmado com a Casa dos Ventos S.A., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos.

(b) A Companhia possuía gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas patrimoniais até a sua liquidação.

(c) A Companhia possui operações de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.



Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os administradores não receberam remuneração ou benefícios da Companhia, incluindo: (a) salários; (b) pró-labore; (c) honorários; (d) bônus ou outras parcelas de remuneração; (e) benefícios de longo prazo; (f) benefícios de rescisão do contrato de trabalho; (g) benefícios pós-emprego; e (h) remuneração baseada em ações.

Adicionalmente, os administradores não mantinham com a Companhia operações de empréstimos ou adiantamentos, nem outros saldos decorrentes de transações com a Companhia.

15 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Hierarquia	Categorias dos instrumentos financeiros	30/06/2026		31/12/2025	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	—	Custo amortizado	61	61	883	883
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	29.369	29.369	30.814	30.814
Contas a receber de clientes	—	Custo amortizado	5.252	5.252	5.646	5.646
Aplicações financeiras vinculadas	—	Custo amortizado	29.109	29.109	29.174	29.174
Fornecedores	—	Custo amortizado	(226)	(226)	(2.751)	(2.751)
Debêntures	Nível 2	Custo amortizado	(125.191)	(124.888)	(124.122)	(107.399)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	(178.059)	(191.421)	(176.470)	(189.179)
Partes relacionadas - outras contas a pagar	—	Custo amortizado	(56)	(56)	(44)	(44)
Dividendos a pagar	—	Custo amortizado	—	—	(20)	(20)
Outras contas a pagar	—	Custo amortizado	(390)	(390)	(736)	(736)
Total			(240.131)	(253.190)	(237.626)	(233.612)

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são similares aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – BNDES	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável
Título de dívida – Debêntures	Técnica de comparação de mercado/fluxos de caixa descontados: O valor justo é estimado considerando (i) preços cotados atuais ou recentes para títulos idênticos em mercados que não estão ativos e (ii) o valor presente líquido calculado usando taxas de desconto derivadas de retornos correntes cotados de títulos negociados em mercados ativos com prazo de vencimento e classificação de crédito similares, ajustados por um fator de liquidez.	Não aplicável	Não aplicável

16 Imposto de renda e contribuição social corrente

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime do lucro presumido. As bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social são determinadas mediante a aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta decorrente da venda de energia, acrescidas integralmente das demais receitas tributáveis, conforme previsto na legislação fiscal aplicável.

Nos termos da Lei Complementar nº 224/2025, os percentuais de presunção aplicáveis à parcela da receita bruta que exceder os limites estabelecidos na legislação foram majorados em 10%, observados os respectivos períodos de vigência para o imposto de renda e a contribuição social.

Sobre as bases de cálculo assim determinadas, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder o limite previsto na legislação, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos do período findo em 30 de junho de 2026 estão demonstrados a seguir:

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Imposto de renda - corrente	(1.600)	(1.288)	(787)	(678)
Contribuição social - corrente	(689)	(578)	(346)	(302)
IR e CS Corrente	(2.290)	(1.866)	(1.133)	(980)
Imposto de renda - diferido	8	—	8	—
Contribuição social - diferido	5	—	5	—
IR e CS Diferido	13	—	13	—
Total	(2.277)	(1.866)	(1.120)	(980)

Os tributos diferidos decorrem de diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento das receitas pelo regime de competência para fins contábeis e a respectiva tributação pelo regime de caixa para fins fiscais.

O quadro abaixo demonstra as apurações, com base no lucro presumido:

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

Descrição	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Venda de energia	2.500	30.611	1.250	15.535
Alíquota de presunção	8,0%	8,0%	8,0%	8,0%
Venda de energia - LC 224/2025	28.945	—	13.758	—
Alíquota de presunção - LC 224/2025	8,8%	8,8%	8,8%	8,8%
Lucro presumido	2.747	2.449	1.311	1.243
Receitas financeiras	3.667	2.752	1.826	1.493
Base de cálculo	6.414	5.201	3.137	2.736
Alíquota nominal (IRPJ 15%)	(963)	(780)	(471)	(410)
IRPJ adicional (10%)	(629)	(508)	(308)	(268)
Imposto de renda	(1.593)	(1.288)	(779)	(678)
Venda de energia	14.146	30.611	1.250	15.535
Alíquota de presunção	12,0%	12,0%	12,0%	12,0%
Venda de energia - LC 224/2025	17.299	—	13.758	—
Alíquota de presunção - LC 224/2025	13,2%	13,2%	13,2%	13,2%
Lucro presumido	3.981	3.673	1.966	1.864
Receitas financeiras	3.667	2.752	1.826	1.493
Base de cálculo	7.648	6.425	3.792	3.357
Alíquota nominal (CSLL 9%)	(684)	(578)	(341)	(302)
Contribuição social	(684)	(578)	(341)	(302)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Saldos iniciais	703	642
Imposto de renda e contribuição social no período	2.290	1.866
Impostos pagos sobre o lucro	(1.751)	(1.457)
Compensações no período	(624)	(445)
Saldos finais	618	606

17 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, previdenciária, trabalhista e cível. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos.

Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas informações intermediárias.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

18 Eventos subsequentes

Em 21 de julho de 2026, foi publicada a Portaria Normativa MME nº 140, de 18 de julho de 2026, que estabeleceu as diretrizes para a operacionalização da compensação dos custos decorrentes de cortes de geração de usinas eólicas e solares fotovoltaicas, nos termos do art. 1º-B da Lei nº 10.848/2004, incluído pela Lei nº 15.269/2025.

Em 6 de agosto de 2026, a Companhia protocolou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME manifestação prévia de interesse de adesão ao mecanismo de compensação nos termos desta Portaria.

Considerando que a Administração está em processo de mensuração dos efeitos financeiros e contábeis da referida regulamentação, nenhum ativo ou ganho relacionado a essa compensação foi reconhecido nas informações intermediárias de 30 de junho de 2026.

